

**“MATAR UM HOMEM NÃO É DEFENDER
UMA DOCTRINA, É MATAR UM HOMEM”:
NOTAS SOBRE A ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA DE
SÉBASTIEN CASTELLION NO CASO MIGUEL SERVET**

LEANDRO THOMAZ DE ALMEIDA*

Universidade de Campinas

Resumo. Os escritos de Sébastien Castellion tomam como motivo principal a condenação à morte de Miguel Servet, em Genebra, em 1553. Seus argumentos se voltam principalmente contra a punição do chamado herege com a pena capital e, consequentemente, contra João Calvino, reformador que teve importante atuação na sentença condenatória do médico espanhol. O presente artigo expõe a argumentação presente em alguns livros de Castellion, considerado um dos inauguradores da ideia de tolerância religiosa e liberdade de expressão.

Palavras-chave. Sébastien Castellion; João Calvino; tolerância religiosa.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v17i1p97-108

Il faut toujours faire honorer Dieu, et ne le venger jamais.

— Montesquieu

O PANO DE FUNDO DOS LIVROS ESCRITOS POR SÉBASTIEN CASTELLION (1515–1563) foi a condenação à morte de Miguel Servet (1511–1553), queimado sob acusação de heresia em Genebra. Não vou me prender aqui aos lances do processo jurídico que culminou na condenação e envolveu de maneira central o nome de João Calvino (1509–1564), ardoroso defensor da punição capital ao “herege”. Em termos históricos, ofereço uma vista d’olhos sobre o cenário em que esses personagens atuaram, para situar minimamente os termos da controvérsia, meu foco principal.

1. O século XVI foi pródigo em guerras religiosas. O cisma que deu origem à Reforma Protestante, que tem no gesto de Martinho Lutero e suas 95 teses publicadas às portas do castelo de Wittenberg na Alemanha seu

* Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul, Licenciado em Letras, Mestre e Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp.

** Artigo recebido em 25.abr.2016 e aceito para publicação em 19.jul.2016.

momento emblemático, gerou não apenas uma divisão do seio da Igreja Católica, mas impulsionou algumas das mais sangrentas disputas em nome da religião em todos os tempos. Católicos e protestantes divergiram severamente entre si, mas não só: a diversidade de confissões nascida com o cisma reformado logo colocou em disputa diferentes grupos dentro desse tronco, gerando não menos disputas, violência e sangue.

Nascido nesse ambiente, Sébastien Castellion, de quem temos melhores informações apenas a partir de sua mudança para Lyon¹, foi um entusiasta dos estudos humanísticos e não demorou a procurar o autor de um livro que o impressionara, *Instituto christianae religionis*. Foi em Estrasburgo que conheceu João Calvino, e logo estabeleceu laços mais profundos com o reformador genebrino, chegando a ser convidado por este a dar aulas no colégio de Genebra. A relação entre os dois foi amistosa até a recusa, por parte de Calvino, a autorizar a publicação de uma tradução da Bíblia feita por Castellion, por conter, supostamente, muitos erros. E piorou quando o Conselho de Genebra recusou o nome de Castellion para ocupar o posto de pastor na cidade, porque este recusava a interpretação alegórica do livro de *Cantares* e não concordava que a descida de Cristo ao inferno, conforme afirmado no Credo Apostólico, tivesse significado uma transferência da culpa dos homens para si.

Mas nenhum desses episódios contribuiu tanto para criar um abismo entre Castellion e Calvino – e também Theodore Beza (1519–1605), braço direito do reformador em Genebra – quanto as distintas posturas assumidas no “caso Serveto”. Enquanto Calvino e Beza se empenharam na condenação do médico espanhol, Castellion foi uma voz dissonante no clima persecutório de então, propondo reflexões sobre a punição aos chamados “hereges” que estão entre as mais lúcidas contribuições ao debate sobre liberdade de expressão. O que se segue, assim, é uma exposição de alguns dos argumentos utilizados por Sébastien Castellion em seus escritos, atitude que está entre as inaugurais em termos de defesa da coexistência pacífica de diferentes confissões cristãs e, até mesmo, religiosas como um todo. Optei por dar ao texto um tom predominantemente expositivo, até porque Castellion parece ser pouco conhecido, em uma espécie de proporção inversa à qualidade de sua argumentação.

Vou me concentrar em três de seus livros e propor, a partir de cada um deles, algumas reflexões que me parecem importantes na configuração do que talvez pudéssemos chamar de uma contribuição fundamental ao exercício da liberdade de opinião dentro de uma tradição pouco afeita a ela, como foi a cristã no século XVI.

¹ Para informações detalhadas sobre a biografia de Castellion, ver Buisson [1892] 2010.

2. Começo por *De l'impunité des hérétiques*, de 1555. Castellion havia escrito um pouco antes, sob o pseudônimo de Martin Bellie, o *Traité des hérétiques*, na verdade uma compilação de vários autores, desde Sócrates, passando por Agostinho, Lutero e... João Calvino, entre outros. Esse tratado foi duramente criticado por Theodoro Beza, auxiliar de Calvino em Genebra. Castellion, assim, retorna ao tema da punição aos hereges com esse sobre a impunidade dos hereges.

Um dos alvos centrais desse seu livro reside na tentativa de definir o que seja o herege. Para ele, essa definição deve ser estabelecida levando-se em consideração mais a prática que a opinião que alguém encampe. O herege, desse modo, é aquele que porta doutrinas que engendram maus costumes. Dirigindo-se a Beza, ele afirma: "Ora, você não é ignorante que heresia, em grego, se toma não somente por 'opinião', mas também por 'uma maneira de vida que procede da opinião'" (Castellion 1971: 231 – todas as traduções são de autoria do autor do artigo, salvo indicação contrária).

Em sua oposição ao livro de Martin Bellie, Beza procurou amparo na lei de Moisés para justificar a perseguição aos hereges. Castellion procura mostrar, no entanto, que essa defesa é imprópria, uma vez que o Antigo Testamento não oferece propriamente uma definição de herege, senão que de blasfemador, idólatra ou falso profeta. Atente-se à diferença: blasfêmia, idolatria ou falsa profecia são sinais de desprezo, abandono ou pouca consideração para com determinada religião. São costumes ou práticas passíveis de reprovação. No caso do herege, embora ele até possa apresentar algum tipo de costume ou prática reprovável, essa atitude não está necessariamente implicada à opinião divergente. Pode se dar justamente o contrário: grande interesse e diligência para com a religião, a ponto de ser impossível uma adesão meramente formal a ela. A partir disso, opta-se por uma vivência tão significativa de determinada experiência religiosa que se ousa a adoção de pontos de vista por ela suscitados, mesmo em desacordo com a opinião da maioria ou com o pensamento estabelecido.

De qualquer modo, outra contradição presente na argumentação de Beza se encontra, segundo Castellion, na classificação atribuída a Miguel Servet. Segundo Beza, não seria de sua alçada condenar os que não pertenciam à igreja, tais como judeus, turcos ou infiéis. Com isso, porém, ele é convidado a responder por qual motivo condenou Servet, uma vez que este, ao não reconhecer a Cristo como eterno filho de Deus deveria ser considerado infiel e, portanto, não pertencente à igreja.

Outra ênfase de *De l'impunité des hérétiques* é a que procura apontar certa contradição entre a forte busca pela definição de minúcias teológicas e ausência de contrapartida em uma prática condizente com o que seria sinal de apreço pela religião. Para Castellion, esse apreço deveria ser evidenciado

em uma prática, não em uma diligência pelo estabelecimento de opiniões exatas em termos teológicos. Além disso, como ter tamanha exatidão diante de um livro tão complexo e com passagens tão obscuras como a Bíblia? E, em sentido semelhante, como não notar malabarismos interpretativos mesmo diante de passagens claras a fim de se defender um ponto de vista fixo? Que se atente a essa saborosa passagem de Castellion:

Você [Beza] vem pois a debater que os oráculos e testemunhos das santas escrituras são manifestos. Por que, então, você faz tantas glosas e comentários das coisas manifestas? As glosas são declarações de uma coisa clara? Mas o que você quer dizer, visto que as coisas mesmas que são descritas claramente e sem figuras você nega serem claras? São Paulo escreveu abertamente: 'Deus quer que todos os homens sejam salvos' e você nega a sentença interpretando essa palavra 'todos' por toda sorte de pessoas. Se sua interpretação é clara, certamente Paulo não falou claramente, pois ele deveria falar do seu modo. São Pedro escreveu abertamente que Deus não quer que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento, e você evidentemente o nega. Deus diz abertamente: 'Eu não quero a morte do pecador', o que ele disse mesmo dos maus. E você diz ao contrário que Deus criou um certo número de pessoas para serem condenadas, dentre as quais ele quer de tal forma sua morte que elas não poderiam jamais ser salvas. Está escrito abertamente que Deus não quer a iniquidade, e Calvino escreve claramente que não se dão o roubo, nem a devassidão, nem o homicídio a não ser que a vontade de Deus aí intervenha. Eu te suplico, se Deus era da opinião de Calvino, por que ele jamais falou como Calvino? Deus não poderia em três palavras declarar estas coisas e nos desembaraçar destes labirintos de interpretação, principalmente sabendo bem que eles haveriam de existir? Se ele tivesse dito abertamente: 'Eu criei um certo número de pessoas para serem condenadas' e: 'Eu quero a morte do pecador' (como vocês dizem ser sua intenção), toda a diferença seria suprimida [...] De onde procede então a disputa senão da obscuridade das Escrituras? Mas você diz que tem a intenção de Cristo seguindo a autoridade de São Paulo (I Co. 2), o que é falso, pois São Paulo fala de si e de seus semelhantes, quer dizer, espirituais, e nós não podemos perceber por suas obras nenhuma espiritualidade em você (Castellion 1971: 268-9).

Note-se aqui que Castellion levanta pontos importantes da sistematização calvinista, como o dos decretos de Deus, que seria responsável por determinar cada acontecimento do universo, de modo que tudo o que acontece já estava predestinado de antemão para acontecer. A preocupação com a exatidão da opinião concorria para estabelecer o que Castellion considerava uma inversão de valores norteadores da fé cristã:

mas se alguém é diferente da doutrina dos pregadores no que toca à predestinação ou questões afins, este é herético, é necessário cortá-lo do corpo da igreja e condená-lo à *gehena*, ainda que seja tão homem de bem que mesmo seus inimigos não tenham o que reprovar em sua vida (Castellion 1971: 283).

Outra linha de argumentação de Castellion se volta contra a punição dos hereges pelo magistrado civil, como se deu no caso de Miguel Servet. O primeiro argumento é de ordem teológica: "as armas de nossa guerra são es-

pirituais. Uma guerra espiritual deve ser conduzida por armas espirituais” (Castellion 1971: 289). Desse modo, teólogos seriam capazes de se defender de possíveis ofensas cometidas contra eles no âmbito do pensamento, da opinião. A injúria dirigida ao corpo era objeto de atenção do magistrado; a injúria feita à alma deveria ser tratada pela espada espiritual. Como poderia, no caso da disputa entre dois teólogos, como eram Servet e Calvino, intervir o magistrado civil, cujo ofício não era a teologia? Beza procura invocar a passagem bíblica em que Cristo expulsa os vendilhões do templo para estabelecer um paralelo que diria que, assim como Cristo expulsou os vendilhões, o magistrado também poderia fazê-lo, agindo supostamente em concordância com a religião verdadeira. Sobre isso, Castellion é de uma argúcia notável: se a passagem serve de argumento para se tratar da punição ao herege, o que deveria ser feito então é expulsá-lo da igreja e não matá-lo.

Outro problema na condenação da heresia pelo magistrado residia na diferença de sentenças pronunciadas sobre o mesmo caso. Castellion se recorda do caso de um médico, Jersome, condenado pelo magistrado de Genebra e absolvido pelo de Bernoys. Se o magistrado age em defesa da fé, como argumentava Beza, em qual sentença estará expressa a verdade da fé cristã: na que condena ou na que absolve? Finalmente, Castellion propõe que se tome cautela na pretensão de se depreender da autoridade da “igreja antiga”, ou seja, a igreja do Novo Testamento, autoridade para a execução condenatória no presente (ou seja, século XVI), porque a igreja de agora é mais persecutória que a de então.

3. Chama a atenção certo “desapego” de Castellion quanto a um tema dos mais caros na tradição reformada: o lugar concedido à inerrância da Bíblia. Vemos isso em seu livro *De l'art de douter et de croire, d'ignorer et de savoir*: “Deus não prometeu em nenhum lugar que ele dirigiria a mão dos copistas, de maneira que ao recopiar as Escrituras santas eles jamais se enganassem; ele nem mesmo prometeu velar para que cada um dos livros santos não viesse a se perder” (Castellion 1953: 61–2). A referência aqui, muito provavelmente, é a uma possível “3ª” Epístola de Paulo aos Coríntios, mencionada na Carta aos Coríntios mas nunca encontrada.

Mais do que com a tomada da Bíblia de maneira monolítica, como se “Bíblia” pudesse ser sinônimo de “Palavra de Deus” sem qualquer mediação, Castellion propõe uma espécie de tipologia ou, talvez melhor dizendo, classificação para os tipos de textos presentes na Bíblia. Esses tipos seriam: revelação, (palavra de) conhecimento, profecia e, finalmente, instrução ou doutrina. Nessa proposta, revelação e profecia seriam praticamente sinônimos, sendo a diferença o caráter mais exortativo da segunda; (palavra de) conhecimento seria a resultante da observação e do entendimento; dou-

trina, finalmente, seria proveniente tanto das Escrituras quanto da razão, uma espécie de amálgama das duas. Essa classificação proposta por Castellion tem, obviamente, implicações práticas na lida com a Bíblia:

É necessário estudar os autores sagrados de maneira a não confundir essas três coisas: revelação, conhecimento e doutrina; as partes que nós recebemos da revelação deverão ser tomadas pela palavra mesma de Deus; aquelas que vêm do conhecimento, por testemunhos; aquelas que procedem da doutrina, por opiniões humanas (Castellion 1953: 64).

Essa distinção contém uma implicação deveras significativa. As doutrinas, na tradição reformada, mormente foram tomadas como expressão direta da “Palavra de Deus”; seriam a materialização dessa Palavra, daí sua importância e mesmo inquestionabilidade. Mas Castellion propõe um outro papel às doutrinas, reconhecendo seu caráter de construto humano, fruto do contato entre o texto e seu leitor. Sua preocupação é com a obstinação que pode marcar aquele que se apegava a determinada interpretação, como se esta fosse inquestionável:

eu penso, por outro lado, que é necessário se defender contra o zelo supersticioso de certos homens que eu não teria por maus, mas que, em se aferrando com tanta obstinação a tal ou qual palavra, aí onde não é absolutamente necessário, são assaz imprudentes para lançar perturbação na igreja; eles provocam dissentimentos tais que não chego a ver como em seguida se poderia voltar a um acordo (Castellion 1953: 66).

A fim de poder chega a tais conclusões, outro elemento deveria ser repensado por Castellion: a questão da inspiração das Escrituras. Ele compara o processo de inspiração da Bíblia às curas realizadas pelo Cristo. Nessas curas, argumenta, Cristo supria os homens apenas naquilo que eles não tinham ou poderiam obter por si mesmos; ao cego se lhe restaurou a visão, não a fala ou a capacidade de se locomover. De maneira semelhante, os apóstolos só foram supridos naquilo que lhes era ausente, pois deveriam lançar mão de sua própria habilidade, inteligência, olhos, capacidades. Portanto, “se alguns dentre eles tinha a memória mais fraca ou o espírito menos vivo, poderia lhe acontecer ao escrever o que lhe acontecia ao falar, isso que acontece às vezes aos homens excelentes, quer dizer, poderia lhes escapar um erro de memória ou de julgamento” (Castellion 1953: 68).

Esse percurso desemboca no título, surpreendente, de seu livro. Há momentos, por conta das dificuldades provenientes dos textos bíblicos, em que é necessário duvidar, gesto capaz de resultados práticos insuperáveis: “há um tempo de duvidar e um tempo de crer” (Castellion 1953: 76). Saul poderia não ter tentado matar Davi se tivesse duvidado das injúrias que este supostamente lançou contra o então rei; se os fariseus estivessem um pouco menos imbuídos de certezas, pode ser que não tivessem matado o

Cristo; se houvesse espaço para a dúvida nas igrejas, muitos não seriam lançados na fogueira. Esses são alguns dos exemplos evocados por Castellion. É importante tentar situar essas palavras. Elas foram lançadas num momento em que o que mais se defendia eram justamente as certezas, as afirmações cristalinas da verdade que não davam margem ao mínimo desvio. Castellion está lançando a ideia de que se deve duvidar e reconhecer a ignorância sobre assuntos fundamentais da fé.

Para Castellion, foi essa preocupação excessiva com os detalhes da ortodoxia que desviou o foco do que deveria realmente ser motivo de preocupação para os cristãos, a proeminência da prática sobre a teoria: “ai está o fim de toda disputa teológica” (Castellion 1953: 84). Opor um texto a outro na defesa de suas opiniões é o caminho de todas as seitas, e elas nunca chegarão a um acordo por esse caminho. Ele propõe uma distinção entre o que seria matéria de fé e o que deveria ser o alvo da razão:

Antes de tudo, há uma coisa de que é necessário advertir os leitores: quando tratamos do reconhecimento [dos tipos de escritos encontrados na Bíblia], não tratamos da autoridade das Escrituras, que concerne à fé, mas da razão ou do sentido, dos quais depende a ciência. Todas as seitas cristãs estão em efeito de acordo quanto à autoridade, e a questão não é saber se as santas Escrituras são verídicas, mas como é preciso compreendê-las (Castellion 1953: 87).

Novamente aparece o reconhecimento por parte de Castellion da dificuldade encontrada em muitos textos das Escrituras. Nesse aspecto, como em tantos outros, ele revela uma espécie de olhar capaz de esclarecer o que se esconde sob camadas de elaboração teológica disposta a justificar sua própria prática:

se as Escrituras relatassem que o Cristo disse ‘não batizem as crianças’ tão manifestamente como ela disse ‘não vos embriagueis com vinho’, não se encontraria ninguém para sustentar o batismo das crianças, não mais que para defender a embriaguez. Ou se ele tivesse dito ‘Batizemos as crianças’, tão manifestamente como ele disse “Façam isso em memória de mim”, os Anabatistas batizariam as crianças da mesma maneira como celebram a Ceia (Castellion 1953: 88).

Em outras palavras, a divergência entre as seitas advém da falta de clareza das Escrituras sobre muitos pontos. Seria mais conveniente reconhecer isso que se lançar em disputas que poderiam culminar com a morte do adversário, como aconteceu não poucas vezes.

Finalmente, Castellion procura mostrar que dois elementos são fundamentais para se chegar a uma concepção mais clara a respeito da Escritura: o que ele chama de “testemunho dos sentidos” e a inteligência. Para realçar esses dois elementos, Castellion precisou enfraquecer um outro, que os contradizia, ou seja, a doutrina da Depravação Total, que exerce um papel

importante na sistematização da doutrina calvinista. Para ele, a “Queda”, na verdade nomeada por ele como “pecado de Adão”, ao menos nessa argumentação, não encontra amparo no texto bíblico. Ao se perguntar pelo sentido e pela inteligência de Adão por ocasião do pecado, ele afirma: “essa ideia da corrupção não resulta de nenhuma autoridade e de nenhum argumento” (Castellion 1953: 104). Para ele, essa ideia a respeito da chamada “Queda”, “lançada temerariamente ao público, a posteridade dela se apoderou e a guardou como um oráculo – cego que segue outros cegos” (Castellion 1953: 104). A “razão” e a “experiência” ensinam o contrário do alegado pela doutrina da Queda, a qual teria redundado em um efeito supostamente devastador sobre todas as faculdades humanas. O fato de o homem poder ver que estava nu e ouvir a Deus mostra que “nem os sentidos nem a inteligência do homem foram corrompidos pelo pecado de Adão” (Castellion 1953: 34).

Podemos depreender dessas palavras de Castellion uma espécie de “antropologia” muito mais benévola para com o ser humano do que a que foi gestada no calvinismo. A Depravação Total calvinista, contraditória, se por mais não fosse, por não duvidar da veracidade dos dogmas forjados a partir da compreensão humana da Palavra de Deus, priorizou uma espécie de aplicação “universal” dos textos bíblicos que tecem críticas ao comportamento humano, sem garantir essa mesma universalização quando outros textos tratam de exaltar a criação. Castellion se esforça por ver o valor do homem mesmo ali onde ele pareça mais soterrado pelas suas práticas nem sempre honrosas.

4. Volto meu olhar agora a um livro que Castellion compôs em forma de diálogo explícito com João Calvino. Trata-se do *Contre le libelle de Calvin – après la mort de Miguel Servet*. Nele, Castellion optou por transcrever trechos das *Institutas* e comentá-los. Segundo ele, agiria de modo diferente de Calvino, que frequentemente mandava recolher livros considerados heréticos, restando apenas um, o que o reformador usava de prova contra seu autor: “não queimaremos os livros de Calvino. O autor é vivo, assim como sua obra, que ele mesmo editou em francês e em latim. Para que ninguém possa nos acusar de ter deformado o que quer que seja, reproduzo aqui suas propostas, e os pontos que quero discutir” (Castellion 1998: 57). É sem dúvida uma diferença significativa de procedimento em relação ao teólogo genebrino.

Castellion oferece uma visão diferente daquela predominante em biografias de Calvino, sobretudo as de vertente reformada, predominantes, ao menos em português. Diz ele:

A autoridade de Calvino é hoje muito grande. Eu a queria ainda maior se visse nele um espírito doce e misericordioso. Mas ele acaba de mostrar claramente que tinha sede de sangue, e seu escrito representa um perigo para muitos crentes. Por natureza e educação

tenho horror de sangue (mas quem não deveria ser assim?). E me esforço em mostrar ao mundo, publicamente, com a ajuda de Deus, que aqueles que não querem ir à morte não devem se deixar enganar por Calvino, mas se desviar dele (Castellion 1998: 53).

O que sobressai desse “diálogo” são as incongruências que Castellion entende haver entre alguns escritos de Calvino e sua prática no caso Servet. Vou procurar elencá-las seguindo alguns temas presentes no confronto.

Calvino se queixou dos papistas, os quais, segundo ele, perseguiram os dissidentes da fé católica. Não se podia murmurar contra a religião do papa sem “arriscar a própria cabeça”, queixou-se o reformador. Castellion aproveita o tema:

Ele [Calvino], que em todo seu libelo só faz uma coisa: defender sua causa pela espada, e suprimir por ela seus contraditores! E eis que se queixa da tirania e do terror dos outros! Enquanto que ele mesmo tão bem encheu Genebra dos seus terrores, que seus próprios magistrados (à parte aqueles que já são seus inimigos) não ousam arriscar contra ele o menor murmúrio! (Castellion 1998: 111).

A citação seguinte de Calvino tem o mesmo sentido: queixar-se da perseguição católica.

Temos razão de estar chocados quando vemos a verdade de Deus oprimida pelo ferro e pelo fogo, ao ponto de que ninguém ousa ir em seu socorro ou falar em sua defesa. Os erros são defendidos pela violência sob a cor da justiça. Ninguém tem a liberdade de argumentar contra eles. Todas as pessoas piedosas igualmente se queixam. Nós não gememos somente em silêncio, nós o deploramos em voz alta: nosso pobre mundo foi reduzido a uma tal servidão que ele não oferece mais lugar para o menor debate. E aqueles que detêm o poder e trazem o nome de chefes não suportam a menor voz que contradiga seu bom prazer. Eles não autorizam nem a dúvida nem a investigação (Calvino, *apud* Castellion 1998: 111).

Comentário de Castellion: “eu não saberia me dirigir a Calvino mais seriamente do que faz ele mesmo. Pois tudo o que ele denuncia nos outros, é exatamente isso que ele faz, precisamente dessa maneira” (Castellion 1998: 111).

Outro aspecto revelador da argumentação castelliana se vê em sua alegação de que Servet era católico, não protestante. Assim, se algum desvio cometeu, foi em relação à fé católica. Seu erro, portanto, deu-se em relação à fé pregada pelo papa, pois ele era católico e não protestante. Se esse desvio deve ser considerado uma apostasia, continua Castellion, então a fé papista é que é a correta, posto que o desvio se dá em relação a algo considerado correto. Mas, nesse caso, a conclusão incontornável a que levaria a argumentação calvinista é que “Calvino deve ser queimado, porque se desviou da fé do papa” (Castellion 1998: 144).

Não obstante essas incongruências no pensamento de Calvino, fica clara sua inclinação pela punição do chamado herege:

Mas quando a religião é abalada em seus fundamentos mesmo, quando blasfêmias detestáveis são proferidas contra Deus, quando as almas são conduzidas à perda por dogmas pestilentos, quando enfim alguém se afasta abertamente do Deus único e de sua pura doutrina, é necessário descer ao remédio extremo, a fim de que o veneno mortal não se infiltre mais longe (Calvino, *apud* Castellion 1998: 239).

Diante dessa proposta extrema, Castellion desafia Calvino a definir o que seja o herege, já que não acredita haver amparo para essa definição nas Escrituras. Segundo Castellion, Calvino mistura os hereges aos blasfemadores, apóstatas e idólatras: “Não podendo matá-los separadamente, ele os associa para matá-los em bloco” (Castellion 1998: 244).

Por fim, enquanto Calvino defende a chamada *sã* doutrina como aquela que mostra fidelidade a um conjunto de proposições teológicas, ou, melhor, as constitui, Castellion propõe outra definição para esse termo tão caro à tradição reformada:

A ‘*sã doutrina*’, Paulo a define como a doutrina que torna os homens sãos, quer dizer, dotados de caridade, de uma fé não fingida e de uma consciência pura. A doutrina *malsã* é aquela que os torna curiosos, contendedores, rebeldes, ímpios, irreligiosos, profanadores, parricidas e por aí vai. Mas Calvino e os seus têm uma coisa bem diferente em vista: eles chamam sãos aqueles que concordam com eles sobre o batismo, sobre a Ceia, sobre a predestinação etc (Castellion 1998: 264).

A conclusão de Castellion resulta em uma passagem que deveria ser célebre:

Mas se alguém difere deles sobre o batismo, a Ceia, a justificação, a fé etc, é um herético, é o diabo, é necessário persegui-lo sobre terra e mar, como um inimigo eterno da Igreja, como um terrível destruidor da ‘*sã doutrina*’, mesmo se sua vida é pura, mesmo se ele é clemente, paciente, bom, misericordioso, liberal, religioso, temente a Deus, e mesmo se seus costumes são irrepreensíveis aos olhos de seus amigos bem como de seus inimigos (Castellion 1998: 264).

Há um último aspecto que gostaria de apontar na argumentação do autor de *De l’art de douter...* Trata-se do único caso em que se vê em Castellion a admissão da punição pelo magistrado. Esta, alega ele, deveria se dar contra a “irreligião”; os irreligiosos deveriam ser aprisionados até sua correção. Nessa categoria entram os blasfemadores, os que detestam abertamente a piedade e maldizem abertamente a doutrina cristã. Um única passagem de seus escritos ele admite que “aqueles que ensinam abertamente a se desviar do Deus único, eles podem bem morrer” (Castellion 1998: 239), passagem extrema, contrabalanceada por todo o restante de sua obra, inclusive quando afirma que o magistrado, ao aprisionar – e não matar – os blasfemadores, terá demonstrado uma “clemência toda cristã”. Um comentarista contemporâneo, Emile Doumergue, alegou que Castellion, ao condenar não o herético, mas o ímpio e o blasfemador, também estaria, tal

qual Calvino, condenando ideias. A resposta de outro comentarista contemporâneo, Etienne Barilier, parece-me convincente:

O que Doumergue negligencia aqui, talvez de boa fé, é o fato de que para Castellion o ateísmo e a impiedade são sinônimos não de ideias condenáveis, mas precisamente de costumes abomináveis. O ateu seria um outro nome para o criminoso. Isso nos parece evidentemente pueril hoje. Mas se explica pelo fato de que à época o ateísmo não era uma escolha doutrinal (na verdade, ele não existia no sentido em que o entendemos). Era uma provocação dirigida a Deus, quer dizer ao Bem. Aliás, para ver claramente a diferença prática entre a posição de Castellion e aquela de Calvino, é suficiente se reportar ao *De l'impunité des hérétiques*. Se vocês vencem, diz em substância nosso autor a seus adversários, nós morremos. Se nós temos a vitória, nós não os mataremos (Barillier 1998: 278).

5. Castellion nos oferece um parâmetro para o conhecimento de um período fundamental do ocidente, e mesmo um contraponto a leituras um tanto quanto idealistas da pessoa e atuação de João Calvino. Não se trata de tomar os escritos de Castellion como a única verdade do período, mas como um elemento a mais para recompor os debates e discussões travados em meio a guerras religiosas.

Os livros do autor são uma das primeiras manifestações a defender a liberdade de opinião, com uma diferença: ele estava imerso em um contexto em que ideias como as dele poderiam custar a vida. Justamente por isso valem a pena ser conhecidos, divulgados, e suscitar estudos especializados, capazes de situar o peso de sua contribuição em um século que conheceu pensadores da envergadura de Miguel de Montaigne e Erasmo de Rotterdam.

Como o leitor percebeu, não houve neste artigo a intenção de oferecer essa contextualização histórica e nem uma abordagem com preocupações historiográficas. Ele deve ser tomado como uma apresentação de algumas ideias de Castellion, na esperança de que autores especializados no período se encarreguem de tomar os escritos do autor como material de estudo profundo, o que, certamente, redundará em uma grande contribuição à história do pensamento, não só cristão, mas humanístico como um todo.

REFERÊNCIAS

- Barilier, Etienne. 1998. Introduction a *Contre le libelle de Calvin – après la mort de Miguel Servet*, par Sébastien Castellion [1612]. Genève: Éditions Zoé.
- Buisson, Ferdinand [1892]. 2010. *Sébastien Castellion, sa vie et son oeuvre*. Édité et introduit par Max Engammare. Genève: Librairie Droz S.A.

- Castellion, Sébastien [1554]. 1913. *Traité des herétiques, à savoir si on les doit persecuter et comment on se doit conduire avec eux, selon l'avis, opinion et sentence de plusieurs auteurs, tant anciens que modernes*. Bourg-de-Four: Chez A. Julién Libraire Éditeur.
- Castellion, Sébastien [1555]. 1971. *De l'impunité des hérétiques*. Traduit du latin par M. Valkhoff. Genève: Librairie Droz.
- Castellion, Sébastien [1563]. 1953. *De l'art de douter et de croire, d'ignorer et de savoir*. Traduit par Charles Baudouin. Genève-Paris: Éditions Jeheber.
- Castellion, Sébastien [1612]. 1998. *Contre le libelle de Calvin – après la mort de Miguel Servet*. Traduit du latin, présenté et annoté par Etienne Barilier. Genève: Éditions Zoé.



Title. “To kill a man is not to defend a doctrine, it is to kill a man”: notes about Sébastien Castellio’s strategy of argument in the case of Michael Servetus.

Abstract. The writings of Sébastien Castellion take as the main reason the punishment of Miguel Servet in Geneva in 1553. His arguments turn mainly against the punishment of the called heretic with death and, consequently, against John Calvin, reformer who had important performance in the condemnation of the Spanish doctor. This article presents the arguments present in some Castellion books, considered one of inaugurators the idea of religious tolerance and freedom of expression.

Keywords. Sébastien Castellion; João Calvino; religious tolerance.